UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

MARIA LARA FURTADO SANTOS

**OS ENTRAVES CONSTITUCIONAIS QUE IMPEDEM O RECONHECIMENTO DA
AUTONOMIA DAS POLÍCIAS CIVIS**

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2024

MARIA LARA FURTADO SANTOS

**OS ENTRAVES CONSTITUCIONAIS QUE IMPEDEM O RECONHECIMENTO DA
AUTONOMIA DAS POLÍCIAS CIVIS**

Trabalho de Conclusão de Curso – *Artigo Científico*,
apresentado à Coordenação do Curso de Graduação
em Direito do Centro Universitário Doutor Leão
Sampaio, em cumprimento às exigências para a
obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Me. Ítalo Roberto Tavares do
Nascimento.

MARIA LARA FURTADO SANTOS

Os entraves constitucionais que impedem o reconhecimento da autonomia das polícias civis

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso de MARIA LARA FURTADO SANTOS.

Data da Apresentação _10/_12/_2024_

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Me. Ítalo Roberto Tavares do Nascimento

Membro: Me. Otto Rodrigo Cruz

Membro: Ma. Tamyris Madeira de Brito.

JUAZEIRO DO NORTE-CE
2024

OS ENTRAVES CONSTITUCIONAIS QUE IMPEDEM O RECONHECIMENTO DA AUTONOMIA DAS POLÍCIAS CIVIS

Maria Lara Furtado Santos¹

Me. Ítalo Roberto Tavares do Nascimento²

RESUMO

A segurança pública é um direito fundamental garantido pela Constituição, com os órgãos policiais desempenhando um papel central de garantias nesse contexto. No entanto, a autonomia desses órgãos, especialmente das polícias civis, é frequentemente limitada por restrições constitucionais. Decisões judiciais e políticas frequentemente inviabilizam a concessão de maior autonomia às polícias civis devido a diversos fatores por princípios constitucionais, subordinação e fiscalização. Afinal, quais os entraves que impedem a concessão de maior autonomia? Conhecer os prós e contras é de extrema relevância para um método que remeta legalidade entre as divergências oferecidas na discussão. Este estudo pretende gerar conhecimentos no âmbito nacional, tem como propósito analisar méritos que atentam sobre segurança pública ter cunho privativo do Governante estatal, com ênfase na Lei 14.735/2023 e os principais desafios constitucionais envolvendo a autonomia das Polícias Civis que bloqueiam mudanças e reformulações na Constituição.

Palavras Chave: Segurança Pública; Polícia Civil; Constituição; Autonomia; Decisões Judiciais.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública é um tema de extrema relevância em qualquer sociedade, pois está diretamente ligada à proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Nesse contexto, os órgãos responsáveis pela manutenção da ordem e da segurança desempenham um papel crucial na preservação da paz social e no combate à criminalidade.

No Brasil, a Constituição Federal estabelece um sistema de segurança pública composto por diferentes órgãos, cada um com suas atribuições e competências específicas. Dentre esses órgãos, destaca-se a polícia civil, responsável, pela investigação de crimes, e pela manutenção da ordem pública e judiciária.

A autonomia da polícia civil é uma questão que tem sido objeto de intensos debates e disputas políticas e jurídicas. A autonomia refere-se à capacidade de os órgãos de segurança

¹Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio

² Professor do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio/UNILEÃO.

pública atuarem de forma independente, sem interferência externa, na condução de suas atividades. No entanto, a Constituição estabelece vínculos de subordinação entre os governadores de estado e as polícias civis, o que tem sido interpretado como uma limitação à autonomia desses órgãos.

Além disso, algumas decisões têm desempenhado um papel fundamental na definição dos limites da autonomia da polícia civil, como o veto Presidencial a dispositivos da Lei 14.735/2023 e Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que têm sido propostas perante o Supremo Tribunal Federal (STF) questionando dispositivos legais que buscam conferir maior autonomia às polícias civis, levando o tribunal a se posicionar sobre a constitucionalidade dessas normas, refletindo as tensões constitucionais e as dificuldades de encontrar um meio termo entre autonomia e subordinação, funcionalidade e controle governamental. O veto presidencial a partes dessa lei, especialmente aquelas que tratam da maior autonomia das polícias civis, revela o impacto das limitações constitucionais na tentativa de modernizar o sistema de segurança pública.

Nesse contexto, torna-se fundamental compreender a polícia judiciária civil como órgão da segurança pública, bem como os debates em torno da autonomia desta e as decisões sejam elas judiciais ou do chefe de estado, que impactam diretamente as vedações. Esta pesquisa tem como objetivo analisar aspectos que restringem pela lei maior autonomia a polícia civil, buscando contribuir para o aprofundamento do debate sobre segurança pública como direito fundamental no Brasil e propor reformulação a partes constitucionais como objetivo de melhoria e eficácia deste órgão.

Ao analisar as restrições constitucionais que impedem reformulações na lei maior observamos que os efeitos gerados resultam na inviabilidade de uma desierarquização das polícias civis aos governadores, e que reformas podem existir ao dispositivo legal. Vale ressaltar que, abordar as decisões judiciais que declaram a inconstitucionalidade de leis que buscaram dar autonomia para as polícias civis, assim como o veto presidencial à tentativa de conceder maior independência a este órgão, é de extrema necessidade pois tais decisões serão revistas no intuito de observância ao veto, aos entraves e as declarantes de inconstitucionalidade.

Ademais, pode informar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o fortalecimento das instituições policiais para a melhoria da segurança pública como um todo e propor reformulação ao texto legal. Ao analisar, pôde-se identificar os principais problemas que

impedem o reconhecimento da autonomia das polícias civis, levando à proposição de soluções legislativas, políticas ou institucionais para superar os obstáculos e fortalecer a existência de uma possível autonomia por meio de uma emenda.

Este trabalho tem como objetivo analisar os principais desafios constitucionais e legais que envolvem a segurança pública no Brasil, com foco na autonomia das Polícias Civis e os entraves constitucionais que bloqueiam mudanças e reformulações a letra de lei, afim de conceder maior emancipação, não ficando subordinada a um ente estatal. A pesquisa abordará as implicações das decisões do Supremo Tribunal Federal, os entraves impostos na Constituição de 1988 e as recentes modificações legislativas, com ênfase na Lei 14.735/2023, para entender como as limitações jurídicas influenciam a construção de um sistema de segurança mais eficiente e alinhado com os princípios democráticos. Ao final, espera-se contribuir para o debate sobre a necessidade de uma reformulação do modelo de segurança pública, que contemple tanto a proteção dos direitos fundamentais quanto a autonomia operacional das polícias civis, sem comprometer o equilíbrio entre os diferentes poderes e instituições do Estado.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Com o aumento da criminalidade, percebe-se a necessidade rápida e eficaz de ações de combate. Conceder autonomia funcional, administrativa, orçamentária e financeira aos órgãos da segurança pública, como a polícia civil, ressalta a importância desse instituto com a finalidade de adquirir resultados devido a celeridade oferecida. A partir disso buscou-se investigar os entraves constitucionais responsáveis pelo impedimento a esse reconhecimento, com uma pesquisa de natureza básica exploratória realizada por pesquisas bibliográficas comparativas. Saporì (2007), afirma ser benéfico adotar novas medidas a segurança pública afim de combater os desafios atuais, que são inúmeros, e a falta de celeridade por uma satisfação hierárquica acarreta atrasos nesse contexto. Em uma de suas obras, Samuel Walker afirma que somente possuir o espaço como autoridade não é suficiente e uma governabilidade sem autonomia não surge efeitos.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 A atividade da Segurança Pública à luz das disposições constitucionais

Esta atividade refere-se ao conjunto de ações, políticas e serviços implementados pelo Estado com o objetivo de garantir a proteção dos cidadãos e preservar a ordem pública. Para Pedro Lenza (2024), o objetivo fundamental da segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, tal instituto é implementado por órgãos expressos em um rol taxativo pela Constituição Federal de 1988.

Examinar a segurança pública como um direito fundamental assegurado pela Constituição implica em compreender sua importância dentro do contexto dos direitos fundamentais dos cidadãos, conforme estabelecido pela legislação atual. Remetendo-se em reconhecer que não é apenas uma preocupação pragmática do Estado, mas sim um direito inalienável dos indivíduos para garantir seu pleno exercício da cidadania.

De acordo com Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2022), essa segurança se manifesta na sensação de tranquilidade mental própria de alguém que não teme a ameaça de outros indivíduos, como explicado por Montesquieu. Por outro lado, quando analisada sob uma perspectiva coletiva ou comunitária, a segurança é essencial para o bem-estar geral, existindo assim uma relação intrínseca entre a segurança coletiva e a segurança individual. Não é possível garantir a segurança de um indivíduo se não houver segurança para a comunidade ou o Estado. Essas últimas são condições fundamentais para a primeira, no entanto, a segurança da comunidade e do Estado sempre estará em perigo se não houver segurança individual (Ferreira filho, 2022).

No entanto, é importante ressaltar que o conceito de segurança pública conforme estabelecido pela Constituição de 1988 deve estar em conformidade com os princípios democráticos, os direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana (Souza neto,2010).

Isso significa que o artigo 144 deve ser interpretado à luz dos princípios essenciais do sistema constitucional, que podem restringir ou guiar a interpretação de outras normas e limitar ações do governo. Essa questão é relevante porque, geralmente, o conceito de segurança está associado à ideia de coerção, implicando na restrição de direitos, liberdades e garantias fundamentais. Como observado por Manuel Monteiro Guedes Valente (2014), são poucos aqueles que consideram a segurança como um direito que garante o exercício dos demais direitos, liberdades e garantias fundamentais. Segundo este jurista português, a segurança, tanto como um bem coletivo ou supraindividual quanto individual, não deve ser analisada de forma restritiva em relação aos outros direitos fundamentais.

Destaca Santin (2013), p. 47-48):

Na sua dimensão atual, o direito à segurança pública tem previsão expressa na Constituição Federal do Brasil (preâmbulo, arts. 5º, 6º e 144) e decorre do Estado Democrático de Direito (cidadania e dignidade da pessoa humana, art.1º, II e III, CF) e dos objetivos fundamentais da república (sociedade livre, justa e solidária e bem de todos, art. 3º, I e IV), com garantia do recebimento dos serviços respectivos. A segurança pública é considerada dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, destinada à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, caput, CF), que implicam num meio de garantia da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, direitos e garantias fundamentais do cidadão (art. 5º, caput, CF). (...)

Sendo não só um direito fundamental, mas também um dever, como afirmado por José Afonso da Silva, Maria Sylvia Zanella Di Pietro e Pedro Lenza (2023) a segurança pública é dever do Estado e todos tem a responsabilidade de preservação. Partindo dessa premissa, a Constituição Federal de 1988 prevê os órgãos que compõe este instituto, disciplinando sobre organização e funcionamento, havendo a divisão de polícias administrativas e judiciárias, e se subdividindo em Federal e Estadual. Pedro Lenza explica que a atividade policial administrativa tem cunho preventivo, ostensivo, evitando a ação delituosa. Diferenciando a judiciária, por atuar de forma investigativa frente ao ilícito penal. Para Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2023), partindo de um conceito mais específico, “o poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público”, estando mais alinhado com a atividade policial administrativa. Ainda assim, necessitava de aparatos e uma política de maior regência, foi quando a Lei n. 13.675/2018 entrou em vigor instituindo um Sistema Único De Segurança Pública e criando uma Política Nacional De Segurança Pública juntamente o Departamento De Defesa Social, objetivando ações simultâneas na defesa dos direitos individuais e coletivos.

2.2.2 Entraves Constitucionais à autonomia das Polícias Civis.

Conceitualmente são obstáculos ou limitações impostos pela Constituição de um país que podem dificultar ou impedir a implementação de determinadas políticas, ações governamentais ou reformas. Esses entraves são estabelecidos com o intuito de proteger direitos fundamentais, garantir o equilíbrio de poderes e assegurar a estabilidade institucional.

O termo "entraves" é frequentemente utilizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para se referir a obstáculos ou dificuldades jurídicas, processuais ou normativas que impedem o avanço ou a implementação de determinada decisão, política pública ou medida. Quando o STF fala em "entraves", está a se referir a fatores que dificultam a efetivação de direitos

fundamentais, a implementação de reformas ou a resolução de questões constitucionais importantes.

Bonavides (2009) em boa parte de suas obras, analisa as funções da Constituição e o papel das cláusulas pétreas como elementos que limitam reformas que poderiam comprometer a essência do Estado de Direito. Por mais que tenham mudado o papel e as funções das constituições, as mesmas são, acima de tudo, instrumentos de governo que limitam, restringem e permitem o controle do exercício do poder político (Bonavides e col, 2009). Assim, por mais que a Constituição tenha o objetivo de preservação de direitos e ponderação de instituições, em sua subjetividade intrínseca há presença de elementos que limitam ou se enraízam, comprometendo de fato seu bojo.

Alguns exemplos de entraves constitucionais se dão a partir de um sistema de controle legislativo rígido juntamente com princípios basilares. Sabemos o quanto estes protegem os direitos fundamentais que tanto foram alvo de negligência e ataques, contudo, devido a sua estrutura, alguns temas legislativos são impedidos ou limitados de alteração. Os limites, enfim, não devem ser interpretados de modo a ocasionar uma virtual impossibilidade de mudança da Constituição (Branco e Mendes, 2024).

As instituições policiais brasileiras desempenham papéis específicos na manutenção da ordem pública e da segurança coletiva, mas sua autonomia varia consideravelmente a partir das subdivisões expressas em lei, exemplo disso a Polícia Federal desfrutando de maior emancipação, por estar subordinada ao Poder Executivo Federal, atuando de forma relativamente independente, conduzindo investigações com base em seu próprio juízo técnico, em comparação com as Polícias Civis, Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, que estão sujeitos diretamente às estruturas hierárquicas e administrativas dos governos estaduais, limitando o poder de polícia e suas funções.

Em razão disso, buscou-se conferir maior autonomia a polícia judiciária, mais especificadamente a polícia civil, por ter um bojo científico e investigativo, onde sua atuação não deveria remeter-se a subordinação do governador do estado e suas atividades restritas diante de sua funcionalidade. Logo, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu de forma unânime anular partes de leis estaduais da Paraíba que concediam à Polícia Civil autonomia funcional, administrativa, orçamentária e financeira. Esta decisão foi tomada durante o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6599, em uma sessão virtual que foi encerrada em

22/10/2021. As razões justificadas proferiam que a mesma tentava abolir o vínculo hierárquico e subordinado entre a Polícia Civil e o Governador.

Desse modo, partindo da concepção de Gilmar Mendes (2024) em sua obra de Direito Constitucional, verifica-se que os entraves ao mesmo passo que garantem ou asseguram, limitam de tal forma que se torna impossível reformas constitucionais mesmo objetivando grandes melhorias e adequações para coletividade ao passo da atualidade. Esses limites, nomeados como limites materiais e cercados de teorias, ensejou na discussão constitucional para definir a natureza das cláusulas pétreas e possíveis modificações a fim de ressignificar a lei maior diante da busca por maior autonomia a polícia judiciária civil para que a mesma não seja subordinada a um ente estadual.

Conceder maior autonomia, seja ela funcional, administrativa ou financeira a um órgão, não quer dizer que a mesma deva ser independente e pare de ser subordinada, o intuito é ressignificar sua hierarquia e estabilizar aos órgãos de segurança pública a um patamar de benefícios e estruturas correspondentes ao ente Federal mantendo suas funcionalidades conforme prevista no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, o que se complica devido ao controle legislativo rígido. Essa rigidez não poderia impedir alterações, justificando ser necessário a dependência ao governador, visto que o artigo 144 trata de segurança pública como um direito fundamental, dever do Estado e responsabilidade de todos e não como uma cláusula pétrea que é imutável (Branco e Mendes, 2024).

2.2.3 O Veto Presidencial a Lei 14.735/2023.

Se constitui por um ato, pelo qual o Presidente da República, rejeita um projeto de lei e informa ao Congresso Nacional os motivos de vetá-lo, podendo ser de forma parcial ao rejeitar partes específicas, ou total quando rejeitar por completo. Se o Presidente da República discorda do projeto, cabe vetá-lo. O veto, que é irretratável, deve ser expreso e fundamentado na inconstitucionalidade do projeto (veto jurídico) ou na contrariedade ao interesse público (veto político) (Branco e Mendes, 2024).

Em 2023 o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou, a Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis (Lei 14.735, de 2023), que estabelece normas unificadas sobre os direitos, deveres e garantias dos policiais civis nos estados e no Distrito Federal. A proposta, de autoria do Poder Executivo, tramitou no Congresso por 16 anos e chegou ao

Senado estabelecendo normas gerais para o funcionamento do órgão de segurança pública. Porém mesmo com o sancionamento, muitos foram os vetos em dispositivos que segundo o Presidente, eram inconstitucionais, justificando ao Congresso Nacional, que afrontavam a Constituição vigente. "BRASIL. [Constituição (1988)]”.

No artigo 144, § 6º da Constituição Federal estabelece uma relação de subordinação entre os Governadores de Estado e as polícias civis das respectivas localidades. Portanto, qualquer tentativa de conceder independência financeira, investigativa, funcional, aos órgãos de direção máxima das polícias civis estaduais, mesmo que seja por meio de decisões da Assembleia local, é considerada contrária à Constituição, ocasionado por entraves de normas que impedem uma maior autonomia a este órgão.

O veto em matéria se caracteriza na sua natureza parcial, atingindo partes do projeto de lei. O veto pode alcançar partes diversas do projeto de lei e o Congresso Nacional rejeitar apenas alguns desses vetos parciais. Não há impedimento a que haja a rejeição parcial de veto total, (Branco e Mendes, 2024). Dentre os itens vetados pelo chefe de Estado, daremos enfoque aos referentes a autonomia das polícias civis, que em sua grande maioria restringem suas ações a uma hierarquia governamental sem perspectiva de reformulações no texto de lei.

O artigo 42 do Projeto de Lei da Lei 14.735/23 foi vetado e trata-se da organização e das normas relativas à Polícia Civil do Distrito Federal, com base na Constituição Federal e em outras leis complementares. Afirma ainda que a organização básica e a estrutura de suas cargas são cláusulas por leis federais específicas (Leis nº 14.162/2021, 9.264/1996 e 4.878/1965). Essa competência decorre do inciso XIV do artigo 21 da Constituição Federal, que atribui à União a responsabilidade de legislar sobre a organização das forças de segurança do Distrito Federal. Dessa forma fica evidente que as ações estão inteiramente ligadas ao seu ente governamental, e que as demais aos seus governadores dos seus respectivos Estados. As razões do veto têm como justificativa a inconstitucionalidade, uma vez que o inciso XIV do artigo 21 da Constituição atribuiu à União a responsabilidade de organizar e manter a polícia civil do Distrito Federal. Assim, cabe à União regular o tema, não ao Distrito Federal. No caso em questão, a Constituição estabelece uma regulamentação específica para o Distrito Federal. A proposta legislativa também vai contra o interesse público ao sugerir que o Distrito Federal é responsável por regulamentar e legislar sobre normas específicas e complementares relativas a prerrogativas, restrições, garantias, direitos e deveres da polícia civil. Isso ocorre porque o encargo de organizar e manter esses serviços, arcando com os custos, seria da União, enquanto

a competência para criar benefícios e ampliar direitos, ainda que por meio de regulamentação específica e suplementar, ficaria a carga de outro ente da federação.

O artigo 43 do Projeto de Lei da Lei 14.735/23 discorreu sobre “exercício em carga de natureza policial”. Considerando como exercício de função policial toda atividade que o agente realiza dentro dos órgãos que fazem parte da estrutura organizacional da polícia civil. Ou seja, qualquer função desempenhada nesses órgãos é considerada parte de suas atividades econômicas e foi vetado pelas razões de inconstitucionalidade também, por configurar uma contagem fictícia de tempo de contribuição, o que é proibido pelo § 10 do artigo 40 da Constituição. O dispositivo prevê o cálculo de tempo de serviço policial mesmo quando o servidor está afastado para outras funções que não sejam de natureza policial, alinhando-se ao que já está previsto no artigo. A proposta também se opõe ao interesse público, pois permite uma contagem fictícia de tempo para todos os fins, incluindo a aposentadoria especial, beneficiando servidores que podem permanecer afastados por longos períodos de suas atividades policiais, sem uma análise de rendimento, e atuando em órgãos fora da estrutura de segurança pública, acarretando prejuízos ao próprio sistema.

O §2º do artigo 44 do Projeto de Lei da Lei 14.735/2023 também foi vetado pois estabelecia que o Conselho Nacional da Polícia Civil possui um papel ativo e representativo em órgãos governamentais que discutem e decidem políticas de segurança pública e justiça. Acrescia ainda que ela tem direito a um assento, ou seja, possui uma posição formal de participação e voto nas discussões do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o que significa que o conselho contribuiria para as deliberações nacionais sobre segurança pública. O caput deste artigo criava o Conselho Nacional da Polícia Civil, e o §2º teve como razões de veto a inconstitucionalidade devido a interferência indevida do Poder Legislativo nas atribuições do Executivo, além da violação devido a exigência do assento.

Assim, os artigos citados do Projeto de Lei têm em sua natureza a reformulação nas questões que envolvem autonomia e subordinação a União, regulamentação na aposentadoria e criação de um conselho nacional voltado a necessidades do próprio órgão de polícia civil, vetados com uma justificativa de ilegitimidade ou afronta a Constituição de 1988. Manoel Gonçalves Ferreira Filho (2022), narra que o grande objetivo de um veto parcial é a separação do benéfico do maléfico, de modo a excluir da lei o que não for conveniente mantendo o texto em sua estrutura. De fato, há esse raciocínio, mas não apliquemos a tais vetos pois os artigos do projeto de lei são benéficos, trazendo mudança e melhoria na classe. Para instituí-los

constitucionais é necessário emendas a Constituição de 1988 a fim de que a razão de veto não seja justificada por afrontar a mesma.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os seguintes artigos têm em sua natureza relevância sobre autonomia:

Projeto de Lei 14.735/2023		
Artigo Vetado	Justificativa do Veto	Observações
Art. 42	Contra ao interesse público. A polícia civil do DF responde a regulamentação específica.	Tratava-se da organização das normas e regulamentações.
Art. 43	Contra ao interesse público. Considerada “contagem fictícia”.	As atividades realizadas teriam que ter uma “análise” de rendimento.
§2º do art. 44	Inconstitucionalidade. Causaria interferências entre o Poder Executivo e Legislativo.	Participação do Conselho Nacional de PC em discussões do Ministério de Justiça e Segurança Pública.

Entender a razão de criação, justificativa e veto de cada um dos artigos implica no debate de reformulação legislativa, respeitando a ordem jurídica e constitucional. Vale ressaltar que a justificativa de alguns itens é a inconstitucionalidade, por isso se faz necessário uma reestruturação na Lei.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por fim, expor os entraves constitucionais que impedem a concessão de autonomia. Conforme abordado, o atual modelo federativo, que limita a autonomia das polícias civis ao âmbito estadual, não garante a independência necessária para a atuação investigativa e científica que a Polícia Civil deve desempenhar, o que resulta em obstáculos para a efetivação de uma segurança pública eficaz e uniforme em todo o território nacional.

Os obstáculos analisados demonstraram a dificuldade de implementar políticas públicas que busquem maior autonomia e independência funcional para a Polícia Civil. A Constituição de 1988, ao prever a segurança pública como um direito fundamental, permite interpretações que limitam reformas neste sentido. Ainda que a rigidez constitucional tenha o propósito de proteger direitos fundamentais, tal limitação não deveria ser um impedimento absoluto para adaptações necessárias à evolução das demandas sociais e da realidade atual da segurança pública no país.

A análise dos vetos presidenciais à Lei 14.735/2023 evidenciou a complexidade de conciliar a estrutura hierárquica estadual com a necessidade de autonomia e padronização das ações das polícias civis. Ao vetar disposições que propunham maior independência funcional, administrativa e financeira para as polícias civis, o Executivo justificou sua decisão com base na inconstitucionalidade dos dispositivos frente ao atual texto do artigo 144. Entretanto, o veto também revela a urgência de uma emenda constitucional para que a Polícia Civil seja diretamente subordinada à União, uma medida que favoreceria uma atuação mais técnica, eficiente e livre de interferências políticas locais.

Ao transferir a subordinação da Polícia Civil para o âmbito federal, a sociedade ganha uma segurança pública mais uniforme e integrada. Com uma Emenda Constitucional reformulando o artigo 144 da Constituição Federal para que a Polícia Civil seja subordinada à União, fundamentada na análise jurídica e doutrinária sobre a segurança pública como um direito fundamental e dever do Estado, essencial à preservação da ordem pública e à proteção dos cidadãos, essa mudança permitiria uma coordenação nacional das ações de investigação, possibilitando o desenvolvimento de estratégias centralizadas para enfrentar crimes de maior complexidade e alcance interessante, como o tráfico de drogas, o crime organizado e a corrupção. A subordinação ao governo federal também traria uma independência funcional maior, reduzindo a interferência política local, o que seria crucial para investigações sensíveis envolvendo autoridades estaduais. “ emendas constitucionais são fruto do trabalho do *poder constituinte derivado reformador*, por meio do qual se altera o trabalho do poder constituinte originário, pelo acréscimo, modificação ou supressão de normas.” Pedro Lenza (2024).

Além disso, a sociedade seria beneficiada pela padronização de processos, tecnologias e treinamentos, proporcionando um atendimento policial mais ágil e eficiente em todo o país. A centralização das polícias civis promoveria uma troca de informações mais fluida entre diferentes regiões, facilitando investigações conjuntas e aumentando a eficácia das operações. Essa uniformidade contribuiria para uma sensação de maior segurança pública, visto que as investigações continham uma atuação imparcial, com padrões elevados.

Para o Órgão da Polícia Civil, a subordinação à União representaria um avanço significativo em termos de recursos, autonomia e capacitação. Sob o comando federal, a Polícia Civil poderia contar com investimentos estruturais e operacionais mais robustos, alinhados com as políticas nacionais de segurança pública. Com orçamento próprio e descentralizado dos estados, teria maior previsibilidade e controle de recursos, além de melhores condições de trabalho para os policiais civis, resultando em maior funcionalidade nas operações e resultados assíduos e precisos, sem nenhum tipo de interferência político-regional.

Assim, uma solução viável seria uma emenda ao artigo 144 da Constituição Federal justificando-se não apenas pela necessidade de um sistema de segurança pública mais integrado e eficaz, mas também pela urgência de reformulações que adequem a legislação brasileira aos desafios contemporâneos. Ao propor a subordinação da Polícia Civil à União, busca-se garantir maior autonomia, padronização e profissionalismo na atividade policial judiciária, proporcionando uma estrutura de segurança pública mais coesa, alinhada aos princípios de cidadania e dignidade humana consagrados pela Constituição.

Por fim, espera-se que esta proposta contribua para uma reflexão sobre a necessidade de evolução das instituições de segurança pública, e que futuras pesquisas possam aprofundar o debate sobre a centralização da Polícia Civil no âmbito federal, promovendo a construção de um sistema de segurança pública mais justo, acessível e efetivo para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de M.; BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge. **Comentários à Constituição Federal de 1988 - 1ª Edição 2009**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

BRANCO, Paulo Gustavo G.; MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional - Série IDP - 19ª Edição 2024**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

BRASIL. EMENTA: Lei complementar 20/1992. Organização e Estruturação da Polícia Judiciária Civil, DF, v.21, 23 abril de 2004. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, p.1-19.

FILHO, Manoel Gonçalves F. **Curso de Direito Constitucional - 42ª Edição 2022**. 42ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2022..

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional - Coleção Esquematizado - 28ª Edição 2024**. 28ª edição. Rio de Janeiro: Saraiva Jur, 2024.

Lima, Renato Sérgio. **Segurança Pública Como Direito Fundamental: Diretrizes E Propostas**. Fórum Brasileiro De Segurança Pública. V1, N1, P. 2-6. 2023.

MORAIS, Alexandre de. **Direito Constitucional - 40ª Edição 2024**. 40ª edição. Rio de Janeiro: Atlas, 2024.

ROMANO, Rogério Tadeu. **Polícia Civil Subordinada: ao Governador do Estado ou DF**. 1. Ed. 2021. V1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-policia-civil-e-subordinada-ao-governador-do-estado-ou-do-distrito-federal/1307808037>.

SANTIN, Valter Foletto. **Controle Judicial De Segurança Pública**. 2. ed. São Paulo: Verbatim, 2013.

SENADO, Agência. Lei Orgânica das Polícias Cíveis é sancionada com vetos. Única. DF: 2023. v.1. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/24/lei-organica-das-policias-civis-e-sancionada-com-vetos> .Acesso em: 20 de out 2024.